

GOVERNO ELEITO

O pouco tempo decorrido desde a entrada em funções do novo Executivo não permite tirar ilações sobre mudanças concretas em relação ao anterior. Por tal razão, importa analisar a estrutura do Executivo que entra agora em funções e as nomeações do novo Presidente da República para preenchimento da mesma, a que se seguirão alguns comentários dos discursos de tomada de posse do novo Presidente da República e na Assembleia Nacional sobre o Estado da Nação à luz dos Princípios Recomendados para a Observação Eleitoral, bem como de algumas medidas já tomadas.



Da Estrutura do Governo:

O candidato João Lourenço prometeu reduzir o tamanho do Executivo, indo ao encontro da opinião generalizada dos analistas que achavam que tal tamanho não fazia sentido face às dificuldades financeiras resultantes da crise. Ainda que o número de ministérios tenha sido reduzido de 31 para 27, com a junção de seis em três (Planeamento com Economia; Assistência e Reinserção Social com Família e Promoção da Mulher); Geologia e Minas com Petróleos) e a eliminação de outro (Assuntos Parlamentares), essa redução foi pouco significativa face às expectativas. O Executivo passa a ter 32 Ministros e equiparados, mas apenas 28 ministérios, pois há três Ministros de Estado e um Director do Gabinete do Presidente equiparado a ministro. Com os 50 Secretários de Estado Angola passa a ter 84 governantes, sendo considerado o 27º maior governo do mundo.

Alguns analistas entendem que era difícil uma redução mais acentuada para não perturbar a funcionalidade do Executivo. No discurso sobre o Estado da Nação o Presidente assumiu o compromisso ir “reduzindo gradualmente a sua estrutura e os custos da máquina do Estado”. Por outro lado, a manutenção dos Ministérios (ou Departamentos Ministeriais, uma terminologia que não se tem imposto) do Ambiente e da Cultura contra muitas opiniões merece nota positiva dada a importância de tais sectores na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento pretendida.

Alguns ministérios mudaram de designação. O da Agricultura passou a Agricultura e Florestas, o que pode significar que será dada uma atenção especial à exploração florestal, algo que pode ser importante em termos da diversificação da economia e aumento do PIB, mas preocupante em termos ambientais e de sustentabilidade, dada a grande fragilidade da actividade de fiscalização e as dificuldades que se colocarão à gestão sustentável das

florestas e ao repovoamento florestal. Além disso, foi agregada palavra Mar ao Ministério das Pescas, sem se perceber ainda o que isso significará em termos funcionais. Por outro lado, a nomeação de um Secretário de Estado para a Reforma do Estado no âmbito do Ministério da Administração do Território (MAT) soa estranho. Com efeito, a reforma do Estado é muito mais abrangente do que a missão do MAT sugere, dado que ela se restringe à Administração central e local do Estado. A Reforma do Estado, de elevada pertinência, deveria estar situada a outro nível, como o da Casa Civil do Presidente da República, por exemplo.

Finalmente não se percebe onde estará situado o Desenvolvimento Rural. A partir de 2012, de modo inexplicável, passou a estar adstrito ao Ministério da Família e Promoção da Mulher, o que significava uma atipicidade em relação à regra universal. Se a ideia é a de manter tal situação, no novo ministério, parece pouco aconselhável. Não faz sentido colocar o Desenvolvimento Rural fora do seu âmbito natural, a Agricultura.

Da Composição do Governo:

O facto de se ter percebido que a direcção do MPLA teria uma palavra sobre a composição do Executivo provocou certa celeuma que não parece ter razão de ser. É natural que o chefe do Executivo ouça o seu partido, não apenas por razões estatutárias (o artigo 74º vai mais longe e refere que compete ao Presidente do partido propor ao Bureau Político a composição orgânica e nominal do Executivo), mas também por tradição em Angola, e o mesmo se deve passar nos países democráticos. Não se pode esquecer que o Presidente ganhou as eleições associado a um partido, e se ele não tiver tendências autocráticas não pode deixar de ouvir os seus pares.



Largo do Memorial António Agostinho Neto no Acto de Tomada de Posse do Presidente João Lourenço, dia 26 de Setembro/17

Há elementos positivos nas nomeações de Ministros, Secretários de Estado e Secretários do Presidente. Algumas caras novas sugerem renovação e a manutenção de outras explica-se pelo desejo de continuidade, como foi prometido. É normal que entre os nomeados predominem pessoas ligadas ao aparelho partidário, mas é de certo modo importante o número de “desconhecidos” ou sem ligação orgânica ao MPLA e sobretudo de jovens, principalmente entre os Secretários de Estado, o que faz pensar que não houve a antiga e criticada “dança das cadeiras”.

Positiva foi também a ausência de pessoas geralmente consideradas como oportunistas que se fazem notar despidoradamente a pedir nomeações, como acontecia no passado. A extinção GRECIMA pode também ser considerada um dado positivo. A nomeação de Secretários do Presidente da República com experiência governativa e administrativa ou empresarial, bem como, pela primeira vez na Angola independente, haver alguém da área agrícola junto do Presidente são importantes aspectos a considerar.

Porém, houve confirmações e nomeações que soaram desde logo estranhas, como, por exemplo, de pessoas conotadas com gestão danosa, ainda que se possa argumentar ausências de processos ou de provas, mas que eram alvo do escrutínio severo de certos sectores da sociedade. O que aconteceu posterior e recentemente com o Secretário do Presidente para os Assuntos Económicos, apesar da necessária presunção de inocência a ter em conta em casos do género, é um exemplo a reter.

A esmagadora maioria dos nomeados é oriundo das estruturas centrais do Estado ou do MPLA. Uma das poucas excepções foi a nomeação da Ministra do Ordenamento do Território e Habitação. Isto é mais um indicador das assimetrias regionais do país e das dificuldades do partido no poder promover a criação de elites regionais.

Relativamente aos Governos Provinciais, é clara a predominância dos interesses partidários, pois nas províncias onde a vitória do MPLA foi mais expressiva os governadores foram mantidos, apesar da impopularidade de muitos devido ao seu fraco desempenho governativo na legislatura anterior.

Conclusões e Recomendações:

1. *Promover a boa governação através da transparência e a obrigação de prestação de contas da administração.*
 - ✎ No discurso sobre o Estado da Nação foi referido que “vamos instruir os membros do Executivo no sentido de prestarem contas da sua actividade aos ... cidadãos angolanos”.
 - ✎ As OSC devem estabelecer um processo de monitora sobre o direito da participação na vida publica (arti. 52.º nº 1, in fine, da CRA).
2. *Reforçar as instituições políticas a fim de incutir a cultura de democracia e de paz.*
 - ✎ Numa outra passagem do mesmo discurso foi destacado que “o reforço do sistema democrático será uma das grandes apostas do Executivo ... o que vai implicar a promoção do respeito pelas instituições, o reforço dos princípios cívicos e a aceitação da diversidade e das diferenças de opinião e de escolha”. Apesar de ser

ainda prematuro, notam-se alguns sinais de maior abertura por parte da comunicação social pública.

3. *Criar as condições legais propícias ao desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil.*

- ✘ O Executivo deve tomar a iniciativa para a reforma da Lei das Associações, Lei 6/12, de 18 Janeiro, acolhendo as recomendações e constatações já apresentadas em diferentes fórum promovidos pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.
- ✘ Parlamento deve debate com as OSC e o Governo para legislar sobre financiamento públicos nacional e estrangeiro das OSC nacionais assente nos critérios da coparticipação e da transparências.
- ✘ As OSC incluindo as igrejas e as universidades tem o desafio de criar “conhecimento e experiencias” para solução alternativas das políticas publica.

4. *Integrar nos seus programas escolares a educação cívica sobre a democracia a paz e actualizar os programas e actividades apropriados.*

- ✘ A nomeação de uma Secretária de Estado comprometida com esta questão vaticina algo de positivo, tendo a mesma feito já declarações a este propósito.

5. *Levar a cabo reformas regulares dos sistemas jurídico e judiciais.*

- ✘ Este assunto mereceu um largo espaço no discurso sobre o Estado da Nação, de que se destacam a intenção de se apostar num sistema judicial mais célere e comprometido com a justiça, ética e boas práticas; de se buscarem soluções mais flexíveis de resolução de processos criminais; de se fazer a avaliação do impacto económico e social dos diplomas legais em vigor (uma importante inovação no léxico político angolano); de se apoiar a Procuradoria-Geral da República e o Serviço de Investigação Criminal no combate à corrupção, maior intervenção do Tribunal de Contas mas também dos serviços de fiscalização de cada ministério e aos crimes económicos e financeiros e actualização da legislação sobre prevenção e combate à corrupção.

6. *Melhorar a eficiência e a eficácia da administração pública e lutar contra a corrupção.*

- ✘ Para além do referido na alínea anterior, de destacar algumas acções concretas em curso, afectando principalmente a área das Finanças e outras conexas. De assinalar que ao tradicional juramento dos governantes no acto de posse, se acrescentou uma declaração de compromisso de luta contra a corrupção.

7. *Desenvolver e utilizar as tecnologias de informação e de comunicação.*
 - ✎ O projecto Angosat deve constar da agenda do debate publico com objectivo especifico de haver maior consciência de apropriação nacional e da auto-sustentabilidade a medio e longo prazo.

8. *Favorecer o estabelecimento de parcerias sólidas e o diálogo entre o governo, a sociedade civil e o sector privado.*
 - ✎ Quer no discurso de investidura, quer no do Estado da Nação, foi prometido diálogo com a sociedade civil e apoio ao associativismo e outras formas de organização da sociedade civil enquanto parceiros do Estado, valorizando-se os sindicatos, as associações patronais e as associações profissionais, que deverão emitir opiniões acerca dos mais variados assuntos que tenham a ver com o Estado e a sociedade.

9. *Criar as condições necessárias para assegurar a participação plena e integral das mulheres nos processos e nas estruturas de tomadas de decisões, à todos os níveis, enquanto elementos essenciais da promoção e da prática de uma cultura democrática.*
 - ✎ O assunto tem sido pouco abordado. O MINFAMU deixou de existir as suas funções passaram para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Todavia, a nova Ministra é a antiga Secretária de Estado do MINFAMU.

 - ✎ Do ponto de vista do equilíbrio de género, o novo Executivo tem mais mulheres ministras (11) e mais Secretárias de Estado (8) do que o anterior (9 e 7 respectivamente), o que mostra que não houve alterações significativas, pois o número de ministras representa apenas cerca de 33%.

10. *O Estado deve garantir a educação cívica sistemática e generalizada com vista encorajar à plena participação dos grupos sociais com necessidades específicas nos processos democráticos e de desenvolvimento.*
 - ✎ O Estado deve estabelecer um programa com esta finalidade e fazer investimento financeiro cujo parceiros de execução fundamentais serão as instituições de ensino e de educação e das ONG comunitárias de base a nível municipal e distrital.